

António dos Santos Lopes

Rua Fonte do Fundo
Quinta de S. Pedro
6200-674 COVILHÃ
Portugal

Asssembleia Municipal de Oliveira do Hospital
Largo Conselheiro Metello
3400 - 062 Oliveira do Hospital

*Receber a todos os membros
da Assembleia Municipal para
se apresentar no período
de antes da data de 01/04/2016*

AM E 31 07/04/2016

REGISTO: registado com aviso de receção

DATA: 01 de Abril de 2016

N.REFERÊNCIA: AL/669-16/AL

ASSUNTO: Moção de Censura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital (em exercício):

Nos termos da Lei 169/99 artigo 53º alínea I) e do Regimento da Assembleia Municipal art. 26º alínea e) somos a apresentar a Vossa Excelência, a fim de ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, uma Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Grato pela atenção dispensada apresento os meus melhores cumprimentos

Sem outro assunto de momento, apresento os meus melhores cumprimentos.

De Vossa Excelência
Atentamente
O primeiro eleito à AMOH

António dos Santos Lopes

(António dos Santos Lopes)

MOÇÃO DE CENSURA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal (Em exercício):

Nos termos da Lei 169/99 artigo 53º alínea I) e do Regimento da Assembleia Municipal art. 26º alínea e) somos a apresentar a Vossa Excelência, a fim de ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, uma Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Senhores Membros da Assembleia Municipal:

Das práticas democráticas

Durante mais de uma década, era pressuposto e assumido pelo Partido Socialista, hoje Governo do Município, viver o Concelho de Oliveira do Hospital numa espécie de "limbo democrático", onde regras e princípios básicos da democracia não seriam respeitados. Também nós entendíamos viver-se um regime onde imperavam alguns deficits democráticos e de cidadania.

As eleições de 11 de Outubro de 2009 culminaram numa escolha sem maioria absoluta, determinando um executivo municipal de maioria, o qual proporcionou durante algum tempo um exercício democraticamente aceitável da gestão Municipal. Situação que as eleições com maioria absoluta, em 29 de Setembro de 2013, vieram subverter de forma radical.

Com efeito, o surgimento de uma maioria absoluta despoletou um sentimento de "ajuste de contas" social e político, onde um conjunto de ambições, contidas e recalçadas por as sucessivas derrotas no passado, explodiu e agudizou a sociedade oliveirense. Dizia-se na altura: "agora é a vez dos nossos". E foi, e é. Contra tudo e contra todos os que se têm oposto a esta política e a este modo de estar e de governar, a maioria responde com retaliações que as ferramentas governativas põem ao seu dispor. A tal ponto vai a senda que todo aquele que se oponha é ostracizado com represálias, a mensagem que passa, ao estilo "quem se mete com o PS, leva", roça na ameaça a todos os que não seguirem as suas orientação. São cada vez mais aqueles que o simples facto de tomar café ou almoçar, com a pessoa errada, pode ser motivo de represália. Que raio de democracia é esta..? Ao que se chegou..! O recurso aos tribunais, que tanto se criticou ao anterior executivo passou a ser a prática corrente desta administração, com pouco sucesso, como se tem verificado. A intimidação, também por aqui não resultou.

Do "TUDO PELAS PESSOAS", no pressuposto do todo Concelho, passou-se ao "tudo pelas nossas pessoas". Numa lógica de resolução, prioritária, dos problemas pessoais dos mais directos dirigentes e apoiantes do partido maioritário. Porque estes factos são do conhecimento pessoal e por uma questão de higiene democrática, escusamo-nos de personalizar e identificar.

Da realidade Social

O desenvolvimento, durante anos prometido e usado de arma de arremesso contra anteriores executivos, tarda em chegar. As obras de vulto, levadas a cabo, foram as já programadas, projectadas e parcialmente executadas pelo anterior executivo. Salvo as raras e honrosas excepções que neste caso remetem para obras de pequena monta.

feh

Regrediu-se na saúde com a supressão de postos médicos e pontos de assistência. Regrediu-se na Justiça com a limitação do tribunal. Aumentou o desemprego e a emigração.

Pesem as dificuldades que, genericamente, toda a população vem sentindo independentemente do seu extracto social, a política do executivo Municipal, pesem as muitas declarações de intenção amiúde proferidas, foram no sentido da manutenção e até agravamento das condições sociais.

Com efeito, contrariando a prática generaliza dos Municípios envolventes, pese a boa situação financeira herdada, genericamente melhor que a dos citados Concelhos, Oliveira do Hospital manteve e mantém, a taxa de IRS nos cinco por cento. Oliveira do Hospital foi dos Municípios que menos reduziu o IMI a famílias numerosas. Com esta política acentua-se, gradualmente, o envelhecimento da população e diminuem todos os indicadores de fixação de pessoas.

Do necessário e consensual aumento dos custos de exploração do Abastecimento de Água, Tratamento de Esgotos e Resíduos Sólidos, o aumento foi tal que transformou uma medida de corretiva numa fonte de rendimento, agravando a já difícil situação das famílias, especialmente as mais carenciadas. Pesem os esforços e as reduções de preço que foram estabelecidos, inclusive pela lei 94/ 2015, que determina os actuais preços, neste capítulo, tudo continua igual, em Oliveira do Hospital.

O apoio às famílias de menores recursos mantém-se a níveis abaixo do normal e do necessário, tendo em conta as dificuldades que hoje se vivem. Com efeito, o apoio alimentar é mantido à custa de terceiros e das multas do tribunal. No estímulo ao ensino superior foram aprovados cinquenta mil euros para o conjunto do incentivo aos estudantes, de famílias carenciadas, verba manifestamente insuficiente e castradora das possibilidades de estudo a muitos jovens, cujas limitações familiares e a falta de apoio financeiro, os levam ao abandono escolar.

Na natalidade, o apoio global tem sido inferior a quarenta mil euros. Estas políticas só podem acelerar o envelhecimento da população e o decréscimo populacional que se prevê progressivo, nos próximos anos, se nada for feito para inverter esta realidade.

Do Desenvolvimento:

A BLC3 Plataforma de Desenvolvimento da Região Interior Centro, concebida e projectada como alavanca essencial do desenvolvimento do estudo e conhecimento e um apoio essencial ao empreendedorismo e lançamento das indústrias de desenvolvimento do potencial endógeno, a avaliar-se pelo que se vai sabendo, tem vindo a "encubar" muita coisa mas, também o favorecimento político, a falta de transparência e um conjunto de actividades mais dúbias que claras, criando um clima de suspeição nada favorável aos princípios anunciados. O grande projecto da biorrefinaria (Biorefina-Ter), que já em 2012 nos foi garantida a aprovação com 118 milhões de euros, continua, quatro anos depois, no mesmo estado. Propaganda...! Não se conhecem, e precisam conhecer-se, a aplicação e resultados de mais de meio milhão de euros de recursos Municipais. Não se conhecem e precisam conhecer-se, os resultados dos apoios Estatais e Comunitários que muito se houve falar numa certa comunicação social mas cujos resultados se reduzem a umas classificações internacionais, obtidas sabe-se lá em que condições e com que critérios. Pois sejam eles quais forem, em nada modificam o estado a que verdadeiramente se assiste. A venda de participações, a nosso ver ilegal e ao arrepio dos órgãos próprios e com poderes para os actos, do Município, não pressagiam nem pressentem nada de bom.

Amfj